

COMO A ÉTICA DOCENTE PODE INFLUENCIAR NO PENSAMENTO CRÍTICO E REFLEXIVO DOS ESTUDANTES?

Sara Emily da Silva Santos¹

INTRODUÇÃO

A flexibilidade é uma habilidade natural do ser humano. Por isso, “a noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como crítico e não um mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores” (Alarcão, 2003, p. 41), ou seja, ser reflexivo é ter um pensamento autônomo que corrobora com a construção de sujeitos sociais éticos, pois como descreve Rios (2021) esse termo só pode ser vivenciado a partir da liberdade. Dessa forma a ética para La Taille (2006) é uma decisão de extrema importância para ser aplicada nas movimentações das práticas pedagógicas em sala de aula.

Consoante a esses aspectos, para que o pensamento crítico reflexivo dos estudantes seja desenvolvido, é necessário que os professores viabilizem metodologias que contribuam para o alcance dessa aprendizagem. Para melhor elucidar a temática, o estudo foi construído a partir de uma revisão bibliográfica qualitativa, para identificar a importância do professor na formação da cidadania autônoma dos estudantes.

Em suma, a ética docente é vivenciada a partir das escolhas do professor quanto às práticas e metodologias utilizadas em sala de aula, contribuindo para que essa ação seja um ato político que transforma a percepção de vida dos estudantes, a partir de um ensino que educa para o pensamento reflexivo e a autônoma.

METODOLOGIA

O presente estudo foi conduzido a partir de uma revisão bibliográfica qualitativa. A escolha metodologia justifica-se, segundo Minayo (2007, p.21), por entender que o “conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui parte da realidade social, pois o ser humano se distingue só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”, ou seja, questões subjetivas que fazem parte da identidade e da vida social do ser humano. Foram

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, saraemily88santos@gmail.com;



utilizadas literaturas que conceituam a ética, a flexibilidade humana e os documentos oficiais da educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ética e a moral são termos distintos que estão presentes em vários modelos sociais desde a antiguidade. Segundo o autor La Taille (2006), os dois termos são distintos, pois advêm de culturas diferentes, a moral tem origem do Latim e a ética do Grego. A linha de pensamento dessa pesquisa conceitua que a “indagação moral corresponde à pergunta: “como devo agir?”. E à reflexão ética cabe responder à outra: “que vida eu quero viver?” (La Taille, 2006, p. 26). Ou seja, a ética tem um significado pessoal e individual que tem relação com as crenças, como os indivíduos foram criados e as suas motivações pessoais, já a moral tem um significado muito mais amplo e social que tem relação com regras institucionalizadas.

Embora “cada sociedade possui seu ethos, ou se compõe de um conjunto de ethos, jeitos de ser, que conferem um caráter àquela organização social” (Rios, 2011, p. 31), o conceito de infância varia historicamente. Por exemplo, diferentemente dos dias atuais, na Idade Média não existiam crianças, pois eram tratados como adultos nas movimentações sociais. Devido a essa cultura era muito comum ver indivíduos de estatura menor e maior trabalhando, divertindo-se nos jogos e nos momentos de lazer, (Heywood, 2004). Isso contribuiu para que a fase de desenvolvimento da segunda (3 a 6 anos) e terceira (6 a 11 anos) infância não fossem tratadas como um momento de peculiaridade sensível dos indivíduos.

Na Idade Contemporânea, a educação no Brasil não era acessível por todas as camadas da sociedade, consequentemente no “final do século XIX, o trabalho infantil continua sendo visto pelas camadas subalternas como ‘a melhor escola’” (Priore, 1997, p. 6), ou seja, a visão social sobre a criança nesse período histórico valorizava que a melhor forma para as desenvolver era através do trabalho, aprendendo uma profissão.

Atualmente, no Brasil, há leis de extrema importância para a preservação das infâncias que surgiram com a constituição de 1988 que está previsto no Art.24, inciso XV “a proteção à infância e à juventude” (Brasil, 1988) que é dever da União e dos Estados, assim como da família e da sociedade que deve também garantir o seu desenvolvimento pleno e integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, por sua vez, garante no Art. 53 que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno



desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes.” (Brasil, 1990), ou seja, é dever estimular o desenvolvimento integral de habilidades naturais do ser humano, como a autonomia, flexibilidade, criatividade e criticidade, para que sejam alcançadas.

Levando em consideração que a flexibilidade é uma faculdade do ser humano que contribui com a “capacidade de resolver nossos problemas e superar as barreiras neurais e psicológicas que nos impedem de enxergar para além da ordem existente” (Mlodinow, 2018, p. 12). Em contrapartida, durante muitos anos, o modelo educacional adotado pelos professores foi o tradicional, que não desenvolvia os indivíduos em todas as habilidades necessárias para uma vida com autonomia, pois segundo a visão de Paulo Freire, “ser autônomo é ter a capacidade de assumir essa dependência radical derivada de nossa finitude, estando assim livres para deixar cair as barreiras que não permitem que os outros sejam outros e não um espelho de nós mesmos” (Zitkoski; Streck; Redin, 2008, p. 23), consoante a esses aspectos, o indivíduo ético é aquele que tem a capacidade de pensar e tomar decisões a partir da reflexão e não seguir modas determinadas pela sociedade.

Na visão da autora Rios (2021, p. 100), a ética tem o “sentido de costume, jeito de viver específico dos seres humanos e que, exatamente por transcender a natureza, é plural, reveste-se de uma configuração diferente nas diferentes sociedades”. No entanto, para viver essa ética social política, o ser humano, na visão da autora, tem que estar integralmente em liberdade. Levando em consideração que a liberdade também pode ser entendida “como uma vocação, que pode ser negada na injustiça, opressão, exploração e na violência” (Zitkoski; Streck; Redin, 2008, p. 242), ou seja, as pessoas que estão em condições alienatórias não estão exercendo a sua liberdade, portanto, não vivem de forma ética.

Com base neste conceito de ética, percebe-se que, na história da educação, os professores não eram incentivados a pensar sobre as suas práticas. Isso se reflete no Art. 4º da primeira Lei de Diretrizes e Base – LDB que “é assegurado a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos” (Brasil, 1961), ou seja, sob o conceito de ética adotado neste trabalho, os professores nesse período não estavam sendo éticos, pois transmitir indica a transferência dos conhecimentos para os alunos, fazendo com que os professores fossem alienados a ideias de outras pessoas.

É importante ressaltar que, antes da instituição da primeira LDB (1961), a formação de professores não exigia, obrigatoriedade para o ensino superior em todas as modalidades educacionais. A formação para os futuros docentes era majoritariamente



realizada nas escolas normais na qual eram ensinados a “se sobrepor aos estudantes, submetendo a uma pedagogia de princípios simples, mas progressivos e baseados em memorização, na autoridade do professor e nos prêmios e castigos dos estudantes” (Ferreira, 2020, p. 34). Tal prática reforça a ideia do transporte dos conhecimentos por meio de memorização de conteúdo. Ou seja, os professores aprendiam a partir da memorização e ensinavam conseqüentemente a partir desse método, conseqüentemente, não cabia ao professor pensar livremente sobre suas práticas, pois não fazia parte das suas atribuições, sendo treinados para seguir regras.

Na visão de Paulo Freire, “sem ética, é impossível efetivar um projeto de educação libertador e humanizante” (Zitkoski; Streck; Redin, 2008, p. 167), pois, para que os indivíduos sejam éticos, é necessário um pensamento crítico e reflexivo sobre si e sobre a sociedade. Além disso, o autor defende uma formação de profissionais docentes éticos, para que formem

“mulheres e homens, seres de história – sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nós fizemos seres éticos. [...] não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela” (Freire, 2023, p.34)

Nesse sentido, é de extrema importância que os educadores desenvolvam os estudantes para a reflexão crítica.

Atualmente, pode-se observar uma mudança significativa na preocupação com a formação de seres humanos autônomos. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC orienta que a formação dos discentes estimule habilidades naturais do ser humano. Essa concepção é reforçada em todas as etapas da educação básica: 1. Na educação infantil é “Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores que constrói conhecimentos” (Brasil, 2018, p. 38). 2. Nos anos iniciais do ensino fundamental “demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos **interesses manifestos pelas crianças**” (Brasil, 2018, p. 58). 3. Nos anos finais do ensino fundamental é “importante **fortalecer a autonomia** desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente[...]” (Brasil, 2018, p. 60). 4. No ensino médio tem a finalidade de “formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis[...]” (Brasil, 2018, p. 463). Consoante a esses aspectos, a BNCC tem por finalidade que os



professores viabilizem ferramentas, a partir da autorreflexão, para o desenvolvimento de flexibilidade dos estudantes.

Em síntese, os professores devem promover ações pedagógicas que desenvolvam nos estudantes o pensamento crítico reflexivo que geram, conseqüentemente, autonomia para a vida dos indivíduos. “É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidade propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que faz ser da práxis.” (Freire, 2005, p. 17), ou seja, educação não é uma simples ação social, é um ato político que deve tomar o ser humano ético.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista o que foi exposto, é notório que a construção do pensamento brasileiro sobre a melhor maneira de desenvolver as crianças e os adolescentes para a autonomia e a liberdade mudou conforme o passar dos anos. No entanto, ainda no século XIX era incentivado nas camadas marginalizadas que os indivíduos trabalhassem desde muito cedo, contribuindo para que a educação ficasse em segundo plano. Nesse contexto, pode -se afirmar que a sociedade nesta época não era ética, visto que, para a ética, é necessária a liberdade e o poder de escolha, características que a sociedade não tinha por estar em situação de extrema pobreza.

O desenvolvimento da flexibilidade humana não é facultativo, pois é uma habilidade natural e fundamental para a autonomia do pensamento crítico-reflexivo. Visto que, assim como os indivíduos aprendem a ler, escrever e interpretar textos, essa habilidade deve ser estimulada para ser desenvolvida. Cabe ao professor viabilizar práticas, metodologias e atividades para que esse objetivo educacional seja alcançado, visto que a maturação plena dos indivíduos faz parte das suas atribuições.

O exercício da ética profissional docente é uma decisão de escolha das práticas diárias, uma vez que “não se pode falar em escolha se os indivíduos não tiverem liberdade, não puderem definir em que direção orientarão sua ação” (Rios, 2021, p. 102). Consoante a esses aspectos, para que os estudantes tenham o desenvolvimento pleno da autonomia é de extrema importância que os profissionais docentes viabilizem esse conhecimento. A omissão da mediação dos conhecimentos a partir da prática docentes, atualmente no contexto de documentos oficiais da educação é uma prática antiética, visto que na BNCC (Brasil, 2018) estabelece que os indivíduos devem ser educados para a autonomia.



Consequentemente, a correlação entre a ética profissional docente e o estímulo do pensamento reflexivo dos estudantes está diretamente ligada às práticas pedagógicas dos professores e como eles projetam as suas aulas. Ensinar e aprender por meio das metodologias tradicionais que valorizam a memorização de conteúdos, não estimula a reflexão, mas poda e limita o ser, condicionando-o a seguir regras ditadas por outras pessoas, que resulta em indivíduos dependentes e não éticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que os seres humanos sejam éticos, é necessário que eles vivam em liberdade física e psicológica, visto que estas são características fundamentais da ética. Ao analisar os princípios do termo e a sua importância em sala de aula, pode-se constatar que a presença de profissionais éticos na educação é de extrema importância para o desenvolvimento crítico-reflexivo dos estudantes, uma vez que não colabora para a perpetuação das metodologias tradicionais que incentivam a memorização. Diante desse cenário, faz-se necessário novas pesquisas sobre a temática, visando a compreensão de como essas aprendizagens estão sendo viabilizadas em todas as instâncias educacionais.

Palavras-chave: Ética Docente, Transformação Social e Educação para a Autonomia.

REFERÊNCIAS

ALARCAO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 102p (Questões da nossa época v.104). ISBN 8524909226.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Base da Educação Nacional**. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, página 11429.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 17 de maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 135, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 26 set. 2025.



BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 17 de maio 2025

FERREIRA, Aline Mori. **Fracasso escolar e formação docente inicial: intrínsecas relações**/Aline Mori Ferreira, Sueli Cristina Pauli Teixeira. – 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educacional**/ Paulo Freire. 76. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MLODINOW, Leonard. **Elástico: como o pensamento flexível pode mudar nossas vidas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa Social**. In: Minayo, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social. 26 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro; Vozes 2007. P 9 – 29.

PRIORE, Mary D. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997. E-book. pág.5. ISBN 9788572447546. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572447546/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2021. E-book. p.capa. ISBN 9786555551419. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555551419/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RIOS, Terezinha A. **Ética e competência**. v.7. (Coleção questões da nossa época) . 19. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. E-book. pág.31. ISBN 9788524920899. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524920899/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

TAILLE, Yves de La. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: ArtMed, 2006. E-book. pág.1. ISBN 9788536306285. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536306285/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ZITKOSKI, Jaime J.; STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides. **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2008. E-book. pág.168. ISBN 9788582178089. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582178089/>. Acesso em: 13 out. 2025.

